

CEMAR**Companhia
Energética do
Maranhão****CNPJ/MF Nº 06.272.793/0001-84 - NIRE 21300006869 - COMPANHIA ABERTA****ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR,
REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2002.**

Aos 12 (doze) dias do mês de junho de 2002, às 11:00 horas, na sede social da companhia, na capital do Estado do Maranhão, na Av. Colares Moreira, nº 477, Renasença, compareceram em Assembléia Geral Extraordinária os acionistas da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas nº 02, às folhas 35 v., presente também a Sra. Maria Antonia Ribeiro Santos, representando o Conselho Fiscal da Companhia. Verificado o quorum legal para instalação e deliberação, o Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores da Companhia, Sr. Eduardo Feldmann Costa, declarou regularmente instalada a Assembléia e assumiu a presidência, conforme disposto no *caput* do art. 22 do Estatuto Social da Companhia, e indicou para secretarizar os trabalhos a Sra. Alessandra Marques de Lima. A seguir, o Presidente da Mesa informou que protestos, questionamentos e dissidências sobre as matérias a serem deliberadas deveriam ser apresentados por escrito à Mesa que, para esse fim seria representada pelo Secretário da Assembléia. Expôs que a Assembléia se reunia conforme Edital de Convocação publicado nos Jornais O Estado do Maranhão, Gazeta Mercantil e Diário Oficial do Estado do Maranhão nas edições dos dias 28, 29 e 30 de maio de 2002, com a seguinte ordem do dia: (a) apreciação da proposta de aditamento da "Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não-Convertíveis e com Garantia Flutuante da Primeira Emissão da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR", celebrada entre a Companhia, como Emissora, e PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., como Agente Fiduciário, em 07 de maio de 2001, conforme posteriormente retificada e ratificada em 05 de junho de 2001 e 19 de junho de 2001 ("Escritura"), para incluir, como garantia real às Debêntures, penhor sobre os direitos de indenização previstos na Cláusula 11 do Contrato de Concessão No. 60/2000 ("Direitos de Indenização"), celebrado entre a União e a Companhia em 11 de agosto de 2000, ficando o referido penhor sujeito ainda à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"); (b) autorização para celebração de contrato de penhor sobre os Direitos de Indenização, entre a Companhia e o Agente Fiduciário; e (c) outros assuntos de interesse dos Acionistas. Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa passou à apreciação do item (a) da Ordem do Dia relativo à inclusão, como garantia real às Debêntures, de penhor sobre os Direitos de Indenização, sujeitos ainda à aprovação da ANEEL. O Sr. Presidente esclareceu que a proposta de aditamento da "Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não-Convertíveis e com Garantia Flutuante da Primeira Emissão da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR" se faz necessária para incluir, como garantia real às Debêntures, penhor sobre os direitos de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Companhia nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis e do Contrato de Concessão No. 60/2000 em decorrência da extinção ou término da concessão para exploração do serviço público de distribuição de energia de que é titular a Companhia, seja por que motivo for, incluindo indenizações devidas por bens reversíveis e investimentos não amortizados, presentes e futuros ("Direitos de Indenização"), celebrado entre a União e a Companhia em 11 de agosto de 2000, ficando o referido penhor sujeito ainda à aprovação da ANEEL. O Sr. Presidente colocou a matéria em votação, tendo sido aprovada, por unanimidade dos acionistas presentes. Ato contínuo, o Sr. Presidente passou ao item (b) da Ordem do Dia relativo à autorização para celebração de contrato de penhor sobre os Direitos de Indenização, entre a Companhia e o Agente Fiduciário, autorização esta ainda sujeita à aprovação da ANEEL. Feitos os devidos esclarecimentos, o Sr. Presidente colocou a matéria em votação, tendo sido aprovada, por unanimidade dos acionistas presentes. Por fim, os acionistas autorizaram a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação da matéria ora aprovada, ratificando-se todos os atos já praticados. Esgotados os assuntos da Ordem do Dia e nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos para a lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, foi efetuada a leitura da ata. Procedida a leitura, a ata foi aprovada pelos presentes como fiel reprodução das matérias e deliberações havidas na assembléia e assinada pelos componentes da mesa e pelos acionistas presentes. São Luís, 12 de junho de 2002. **PRESIDENTE** - Eduardo Feldmann Costa. **SECRETÁRIO** - Alessandra Marques de Lima. **Brisk Participações Ltda.** - p.p. Rodrigo Câmara do Vale. **Maria Antonia Ribeiro Santos** - Representante do Conselho Fiscal. **Registrada na JUCEMA sob o nº 20020184662, em 24/06/2002, pelo Secretário Geral Jaldo Antonio da Silva Abreu.**